

**JOSÉ RICARDO MORENO PINHO
ANTONIETTA D'AGUIAR NUNES**

ORGANIZADORES

Capítulos de História da Bahia

Formação econômica



UNIVERSALIS
edições
EDUNEB

Capítulos de História da Bahia



Universidade do Estado da Bahia - UNEB

José Bites de Carvalho

Reitor

Marcelo Duarte Dantas de Ávila

Vice-Reitor



Editora da Universidade do Estado da Bahia - EDUNEB

Sandra Regina Soares

Diretora

Conselho Editorial

Titulares	Suplentes
Alan da Silva Sampaio	Agripino Souza Coelho Neto
Cláudio Alves de Amorim	Andrea Betânia da Silva
Darcy Ribeiro de Castro	Célia Tanajura Machado
Elizeu Clementino de Souza	Cesar Costa Vitorino
Gabriela Sousa Rêgo Pimentel	Eduardo José Santos Borges
Jane Adriana Vasconcelos Pacheco Rios	Elizabeth Gonzaga de Lima
Luiz Carlos dos Santos	Márcia Cristina Lacerda Ribeiro
Maria das Graças de Andrade Leal	Marcos Antonio Vanderlei
Monalisa dos Reis Aguiar Pereira	Marilde Queiroz Guedes
Reginaldo Conceição Cerqueira	Maristela Casé Costa Cunha
Rosemary Lapa de Oliveira	Marluce Alves dos Santos
Rudval Souza da Silva	Minervina Joseli Espínola Reis
Simone Leal Souza Coité	Mônica Beltrame
Valquíria Claudete Machado Borba	Nilson Roberto da Silva Gimenes

José Ricardo Moreno Pinho
Antonieta d'Aguiar Nunes
Organizadores

Capítulos de História da Bahia

Formação econômica

Salvador
EDUNEB
2020

© 2020 Autores

Direitos para esta edição cedidos à Editora da Universidade do Estado da Bahia.
Proibida a reprodução total ou parcial por qualquer meio de impressão, em forma idêntica,
resumida ou modificada, em Língua Portuguesa ou qualquer outro idioma.
Depósito Legal na Biblioteca Nacional.
Impresso no Brasil em 2021.

Coordenação Editorial

Fernanda de Jesus Cerqueira

Coordenação de Design

Sidney Silva

Revisão textual e Normalização

Henrique Torres/Tikinet

Capa e Diagramação

Sidney Silva

Revisão textual de prova

Itana Nogueira Nunes

Revisão de diagramação de prova

George Luís Cruz Silva

FICHA CATALOGRÁFICA

Bibliotecária: Fernanda de Jesus Cerqueira – CRB 162-5

Capítulos de história da Bahia: formação econômica / Organizado por José Ricardo
Moreno Pinho e Antonietta d'Aguiar Nunes. – Salvador: EDUNEB, 2020.
440 p.: il.

ISBN 978-65-89492-02-3

1. História da Bahia – Formação econômica. I. Pinho, José Ricardo Moreno. II.
Nunes, Antonieta d'Aguiar. III. Título.

CDD: 981.42

Editora da Universidade do Estado da Bahia – EDUNEB
Rua Silveira Martins, 2555 – Cabula
41150-000 – Salvador – BA
editora@listas.uneb.br
www.uneb.br

Editora filiada à



À Gerluce Madureira Silva Uzêda (*in memoriam*)

SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO “CAPÍTULOS DE HISTÓRIA DA BAHIA”	33
APRESENTAÇÃO DO VOLUME CAPÍTULOS DE HISTÓRIA DA BAHIA: FORMAÇÃO ECONÔMICA	37
NOTAS SOBRE A COLONIZAÇÃO E A ESCRAVIDÃO NO RECÔNCAVO Daniele Santos de Souza	45
“ESCORPIÕES VENENOSOS”: O TRÁFICO BAIANO NO GOLFO DO BENIM E O FORNECIMENTO DE ESCRAVOS PARA O RECÔNCAVO AÇUCAREIRO NO SÉCULO XVIII Carlos da Silva Jr.	67
AS DINÂMICAS ECONÔMICAS NO SUL DA BAHIA NA CRISE DO ANTIGO SISTEMA COLONIAL Halysson Gomes da Fonseca	101
A FARINHA DE MANDIOCA NO BAIXO SUL DA BAHIA Gerluce Madureira Silva Uzêda	133
CREDORES E DEVEDORES NA FORMAÇÃO DA ECONOMIA CACAUEIRA: ILHÉUS, 1850-1888 Marcelo Loyola de Andrade	155
OCUPAÇÃO COLONIZADORA DO ALTO SERTÃO DA BAHIA Erivaldo Fagundes Neves	185

INTRODUÇÃO AO ESTUDO SOBRE A ESCRAVIDÃO NO MÉDIO SÃO FRANCISCO	215
José Ricardo Moreno Pinho	
DESDOBRAMENTOS DO DESENVOLVIMENTISMO BRASILEIRO NAS VIVÊNCIAS E LABUTAS DE VAQUEIROS NO ALTO SERTÃO DA BAHIA	243
Carlos Alexandre Pereira Teixeira	
APOGEUS MINERAIS: CHAPADA DIAMANTINA, SÉCULOS XVIII E XIX	275
Erivaldo Fagundes Neves	
A PRODUÇÃO AURÍFERA DA CHAPADA DIAMANTINA: DO PASSADO COLONIAL AO PRESENTE	295
Adalberto de Figueiredo Ribeiro	
O GARIMPO NA CHAPADA DIAMANTINA: 1800-2020	329
Marjorie Cseko Nolasco e Antônio José Dourado Rocha	
DOS TRAPICHES AO PORTO ORGANIZADO	363
José Ricardo Moreno Pinho	
A FORMAÇÃO DA INDÚSTRIA NA BAHIA	381
Fernando Pedrão	
O CARLISMO: UMA AUTOCRACIA PERIFÉRICA, CONSERVADORA E MODERNIZANTE	399
Jorge Wilton Pereira de Jesus	
SOBRE OS AUTORES	439



PREFÁCIO

LEITURAS ECONÔMICAS: PREFÁCIO DE UM LIVRO SOBRE HISTÓRIA DA BAHIA

Neste texto não serão discutidas questões metodológicas, importância das fontes e interpretação dos fatos históricos, nem a relevância e abrangência da literatura utilizada pelos autores e autoras deste esforço de interpretação da História Econômica da Bahia.

Esse conjunto de artigos busca dar uma visão panorâmica da evolução histórica da economia baiana, ampliando a abordagem para incluir o dinamismo de regiões não litorâneas, além do complexo sucro-fumageiro, incluindo a subsistência, a pecuária e a penetração das áreas sertanejas no estado. Aqui, neste texto, pretende-se fornecer uma visão geral dos principais componentes econômicos que conectam essa história.

Esta coletânea de artigos, apesar de conter algumas referências a situações mais contemporâneas, se dedica a interpretar a formação histórica da nossa formação econômico-social, em especial até os anos 1970.

Muitos historiadores ficam incomodados com a utilização de análises de períodos pretéritos com categorias do presente. Alguns dos textos deste livro serão lidos com essa ótica, apesar das advertências metodológicas de que os conceitos do presente não são inteiramente adequados para a análise de relações econômico-sociais de outras conjunturas históricas. Alguns temas perpassam as várias etapas da história de um modelo de sociedade baseada na exploração do trabalho forçado, integrado nos circuitos internacionais, com forte presença do Estado e com uma classe dominante local sem projeto próprio de desenvolvimento.

A leitura integrada dos textos busca destacar os elementos estruturantes desse modelo, com especial ênfase no trabalho escravizado, na dinâmica entre os mercados internos e internacionais, e nas mudanças das forças produtivas em suas conexões com as relações de produção na diversidade dos arranjos sub-regionais do estado da Bahia, ao longo de sua formação histórica.

No texto sobre a “Formação da indústria na Bahia”, um dos poucos que chega à época atual, Fernando Pedrão aborda a questão industrial na perspectiva de sua integração com os movimentos internacionais de mudança do capitalismo – precisando ser tratada sistemicamente, e não apenas de forma setorial ou regional.

Mesmo que a sequência agroindústria e indústria mecânica – que marcou a primeira revolução industrial mundial, tanto no Brasil como na Bahia – seja considerada, Pedrão chama a atenção para a importância da indústria de pequeno porte e das cadeias de suprimento industrial para o caso baiano.

Ainda que os circuitos internacionais sejam determinantes, há de se observar o papel dos canais de comercialização, assim como as características do mercado de trabalho na conformação da estrutura industrial em cada formação econômico-social historicamente dada.

A indústria é definida por suas possibilidades de transformação de matérias primas e nas suas relações intersetoriais, excluindo do setor as atividades de serviços sem transformação física dos produtos – como o turismo e a informação. No pós-guerra, essas indústrias de transformação, com forte base siderúrgica e mecânica, eram os objetos de análise acadêmica e de formulação de modelos de crescimento, por suas relações com mercados domésticos, infraestrutura necessária e ocupação de espaços deixados pela substituição de importações – em um padrão de consumo que também era atendido por importações, gradativamente limitadas por crises da balança de pagamentos.

Pedrão destaca os limites dessa industrialização periférica, ao apontar para as deficiências estruturais das suas relações intersetoriais e a baixa disponibilidade de força de trabalho adequada para as funções específicas do trabalho industrial. Nesse sentido, nos primórdios da industrialização, não se pretendia desenvolver condições de produtividade que substituíssem as importações, mas eram um conjunto de iniciativas para ocupar espaços existentes entre o perfil da demanda nacional e a oferta internacionalizada.

Historicamente, esse processo ocorre sob a dominância das relações no período colonial escravista, na transição do trabalho escravizado para o assalariado, na estruturação setorial protegida (como o início da indústria têxtil), assim como na garantia de monopólios internacionais, especialmente na infraestrutura.

A modernização da produção açucareira, no seu ciclo comercial crescente do escravismo colonial, foi um dos elementos impulsionadores das primeiras iniciativas de industrialização. Parte do capital escravista deslocou-se para a indústria têxtil, a mineração de diamantes e a consolidação do complexo fumageiro. Quase artesanais, as técnicas de transformação industrial eram muito incipientes.

De forma subordinada, esses empreendimentos industriais eram limitados aos mercados domésticos protegidos para os investidores locais – com tecnologias dominadas e crescente participação estatal, especialmente na infraestrutura e nos produtos intermediários.

Pedrão também lembra que “[...] a indústria constituiu uma alternativa para os capitais engajados no tráfico de escravos e em suas atividades derivadas, como indústria naval e de serviços metalúrgicos.” (trecho retirado do texto do autor, p. 385)

Apesar de mencionar o papel do trabalho escravizado, Pedrão continua reafirmando a visão clássica de que passaríamos a ter uma oferta ilimitada de trabalho, como nos modelos duais do mercado de trabalho, dominantes no pensamento desenvolvimentista, com forte origem em Celso Furtado. O trabalho do ex-escravizado não competia com o trabalho branco: ele permanecia discriminado, fora do mercado e com oferta limitada de trabalho, baixando ainda mais os salários, por mais que houvesse escassez de trabalhadores.

A primeira metade do século XX é de estagnação da indústria baiana, que volta a crescer a partir de 1950 como resultado de forte ação do Estado e do planejamento estadual. O modelo de planejamento se estruturava em torno de polos de desenvolvimento, a partir dos quais se irradiariam os benefícios da indústria e sua produção de excedentes econômicos. Esse modelo é dominante até meados de 1980, quando a chegada de grandes grupos econômicos para a indústria, integrados à dinâmica capitalista nacional e internacional, descarta o papel do planejamento da atuação do governo estadual.

A atração de capitais passou a ser fortemente dependente de incentivos do governo federal, em particular as desonerações fiscais, e teve sua sobrevivência ameaçada com o fim dos incentivos. Dessa forma, as relações entre os investimentos privados e o controle da ação do Estado passam a ser simultaneamente econômicas e políticas, com o controle do Estado

passando a ter uma dimensão maior no planejamento – particularmente na esfera federal, subordinando a dimensão estadual.

Do ponto de vista industrial, a lógica estadual de intervenção volta-se para a pequena e média empresa, em geral protegida nos mercados locais, de tecnologias subordinadas e dependentes da dinâmica do capital oligopolista das grandes empresas, mas ocupando nichos de mercado específicos.

Como a economia baiana também avançou nas exportações de produtos agrícolas, podem ser abertas novas avenidas para a industrialização desses produtos, adicionando valor aos produtos *in natura* exportados, porém aumentando a necessidade de inovações tecnológicas e financiamentos para disputar com os preços elevados dos produtos primários. Converter os produtos de origem agropecuária em intermediários da transformação industrial coloca questões de custos de oportunidade entre o vender a produção diretamente para o mercado externo e o vender para o transformador local. Isso exige mais intervenção governamental e, de novo, o controle social do poder político é relevante.

As indústrias modernas superam as vantagens de aglomeração, fortalecendo o papel das economias externas, assim como requerem transformações tecnológicas disruptivas. Ao mesmo tempo, essas indústrias se consolidam em cadeias internacionais de fornecedores, exigindo fortes investimentos em ciência e tecnologia para aumentar as possibilidades de expansão. Desse modo, Pedrão lembra a importância da expansão dos centros universitários no interior da Bahia com os novos polos de desenvolvimento, que podem ser indutores do novo crescimento do futuro – mais que a velha industrial local, pequena e desintegrada.

Daniele Santos de Souza começa seu texto ligando a expansão capitalista mundial dos séculos XV e XVI ao escravismo, mostrando como o desenvolvimento capitalista europeu dependeu do sistema colonial e da exploração do trabalho escravizado. No grande comércio colonial, o trabalho assalariado geral não tinha papel em economias com abundância de terras, sob pena de desestruturação da agricultura de subsistência; a não ser que o acesso à propriedade das terras fosse limitado por mecanismos políticos de poder. Por outro lado, esse sistema exigia também o trabalho forçado para garantir a produção com rendimentos baixos, de forma que os excedentes pudessem ser apropriados pela metrópole no comércio colonial. Como

diz Daniele, “[...] para assegurar o crescimento da exportação açucareira a palavra-chave era: concentração, tanto de terras quanto de mão de obra escravizada”. (trecho do texto da autora, p. 46)

Ela também começa relatando, desde os tempos de Tomé de Souza, primeiro governador geral do Brasil, o papel do Estado como organizador do sistema econômico-social da Bahia – naquela época ponto de chegada dos capitais portugueses ao país. As primeiras decisões governamentais falavam da defesa e de armamentos, mas também das formas de produção de açúcar e das relações de trabalho, além do acesso à terra.

A ocupação do Recôncavo intensificou a cultura açucareira no norte da Baía de Todos-os-Santos, mas, na região do rio Paraguaçu, a cultura dominante foi a fumageira, com a região ao sul da contracosta da ilha de Itaparica consolidando a produção de subsistência. Todos esses complexos produtivos tinham o trabalho escravizado como fundamento.

Entre outras causas para a substituição do trabalho escravizado indígena pelo africano, aumentando a produtividade da cultura açucareira, Daniele lembra a possibilidade de tributação por parte de Portugal do tráfico negreiro, em vantagem sobre as dificuldades de tributar a escravização indígena nacional. O Estado colonial e suas relações com as condições de trabalho na Bahia se entrelaçavam mais uma vez, assim como a consolidação das relações comerciais que também se estabeleciam com os países africanos (origem do trabalho escravizado), deslocando o seu princípio da região do golfo da Guiné para as bacias do rio Congo e Angola. O mercado do trabalho escravizado se ampliava, integrando o circuito colonial, tanto na origem da captura dos seres humanos a serem escravizados, quanto na sua utilização, em condições sub-humanas, na frente produtiva nas fazendas brasileiras.

Daniele se refere à diferença de tamanho das propriedades agrícolas e à utilização de trabalho escravizado entre a atividade açucareira e a fumageira, assim como a dos gêneros alimentícios. Nesses dois últimos, predominavam empreendimentos menores, com uma concentração menor de escravizados. A produção do tabaco, no entanto, também se inseria nos fluxos internacionais – tanto com o destino europeu, como, especialmente, os destinos africanos, servindo como importante elemento de troca para a mão de obra escravizada. O tabaco passou a ser o principal produto

exportado da Bahia para a Costa da Mina, ainda que, para Angola, o principal produto fosse a aguardente.

No século XVII, os holandeses passaram a controlar não somente os fluxos financeiros do comércio colonial do açúcar, mas também o fluxo do trabalho africano escravizado. Os capitais holandeses eram os controladores dos fluxos financeiros daquela época.

Um outro elemento importante para a economia desse tempo foi o crescimento da demanda local como consequência do aumento do trabalho escravizado na produção açucareira. A maior demanda de gêneros alimentícios levava à necessidade de aumentar a produção, competindo com mais espaços utilizados para a produção de tabaco. Havia aí uma contradição com a possibilidade de expansão de uma agricultura camponesa e o Estado no papel de forçar uma relação entre a produção açucareira e a produção alimentícia, sob o comando dos proprietários de escravos. Como a produção fumageira não utilizava o trabalho escravizado durante o ano inteiro, os dirigentes do Estado à época tentavam compartilhar esse trabalho forçado entre a produção do fumo e da comida. Por outro lado, a imposição de ações na produção de farinha, por parte dos negociantes de escravos, provocou uma grande disputa entre os membros das elites dirigentes da época.

A crise de abastecimento de farinhas – base da alimentação de origem indígena, mas incorporada na dieta baiana –, no entanto, revelava as limitações do complexo sucro-fumageiro baseado no trabalho forçado: a crise do mercado interno. Como diz Daniele:

Os produtores de farinha do Recôncavo, em geral pequenos proprietários, tanto de terras quanto de gente, embora fossem responsáveis pelo sustento dos habitantes da capitania e comercializassem um produto de alta demanda e preços oscilantes, não desfrutavam de grandes fortunas ou de vasto prestígio. (trecho do texto da autora, p. 61)

Na análise dos séculos XVI e XVII estão alguns dos problemas estruturais que continuam na economia brasileira: desigualdades, concentração setorial, degradação do trabalho.

Carlos da Silva Junior, por sua vez, trata das disputas entre várias frações de classe no contexto de uma conjuntura de aumento de preços do trabalho escravizado. Ao mesmo tempo que sua demanda se diversificava,

com outros usos, elevando os custos de produção, o preço internacional do produto exportado declinava. Em seu texto “Escorpiões venenosos: o tráfico baiano no golfo do Benim e o fornecimento de escravos para o Recôncavo açucareiro no século XVIII”, ele traça uma linha de relacionamento entre a evolução do comércio transatlântico de escravos, o papel do capital financeiro holandês, o estabelecimento de outras áreas produtoras de açúcar (por parte de países importadores) e o papel do Estado na consolidação do complexo agrário exportador escravista.

Enquanto o negócio com os escravizados e seu transporte transatlântico crescia, a situação dos produtores de açúcar do Recôncavo Baiano piorava. A expansão da atividade mineira sugava a chegada dos novos escravizados. Diz Carlos: ‘Os gentios da guiné’, que custavam cerca de 50 mil réis no século XVII, não eram comprados àquela altura por menos de 200 mil réis. O trabalho escravizado ficava caro e escasso no início do século XVIII. (trecho do texto do autor, p. 74)

Os representantes da elite política de Salvador, reunidos na Câmara de Vereadores, identificavam nos traficantes de escravizados as responsabilidades pelas dificuldades dos proprietários do complexo sucro-fumageiro dominante no Recôncavo. Alguns desses traficantes funcionavam, *mutatis mutandis*, como o sistema financeiro, adiantando a entrega do trabalho forçado, para receber na safra seguinte de açúcar. Com a crise, a dívida não se pagava; os engenhos quebravam e a propriedade dos engenhos e fazendas mudava de mãos, intensificando a disputa entre as frações das classes dominantes. Os conflitos também abriam as disputas regionais com Minas Gerais, das minas de ouro, para onde se dirigiam os novos escravizados, assim se diferenciando do Nordeste do açúcar, que fechava ou mudava de propriedade os seus engenhos, perdendo mão de obra.

As classes dominantes do Recôncavo apelavam para o governo – a Corte Portuguesa – para intervir contra os traficantes a favor dos senhores de engenho e de escravos, dificultando a ida desses para a zona do ouro.

As relações intersetoriais também são abordadas nesse texto, a partir da análise dos impactos da entrada do tabaco de origem francesa nas áreas originais do tráfico negreiro, deslocando o tabaco de origem do Recôncavo, na troca pelo trabalho escravizado, principalmente do golfo de Benim. O efeito local na Bahia nessa mudança internacional na África aumenta

a desorganização do setor fumageiro do complexo dominante da economia da Baía de Todos-os-Santos.

Contra a proposta da constituição de um monopólio real para o tráfico de escravizados, Carlos da Silva Junior cita a erudita sentença de um juiz a favor da liberdade do tráfico, utilizando como argumento o bem de todos – e não apenas dos próprios comerciantes de pessoas traficadas – em mais um exemplo de transmutação ideológica da interpretação da realidade, da mesma forma que os jesuítas no século anterior, que controlaram o uso do trabalho indígena e participaram da escravidão negra.

Nenhuma posição contra o trabalho forçado e todo apoio ao livre comércio era a ideologia da época. A segunda metade do século XVIII foi de queda do tráfico negreiro e aumento da utilização de mão de obra escravizada nascida no Brasil, em que a diferenciação setorial era importante. O trabalho no fumo era menos intenso do que no açúcar, permitindo uma maior presença de mulheres e possibilitando uma reprodução maior do trabalho escravo – criando uma geração de trabalho forçado oriundo do próprio Brasil, incluindo nisso os filhos racialmente mistos, na maioria frutos da opressão masculina branca. No início do século XIX, o tráfico transatlântico voltou a crescer.

Se na contracosta sul da ilha de Itaparica a principal atividade econômica era a produção de alimentos, mais ao sul ainda, nas capitânicas de Ilhéus e Porto Seguro, a predominância era ainda maior. Com pouca atenção da historiografia, que por sua vez foca a análise nos séculos XVI-XVIII no complexo sucro-fumageiro, as regiões do sul e extremo sul da Bahia são os objetos do texto de Halysson Gomes da Fonseca.

O autor destaca a exportação de produtos que tinham relação com o tráfico negreiro – elemento estruturante da economia do escravismo colonial –, que ele chama de antigo sistema colonial. Na sua revisão da literatura, Halysson lembra do papel da região do sul da Bahia como fornecedora de gêneros alimentícios para Salvador, das chamadas “vilas de baixo” que, apesar de menos integradas nas exportações do Recôncavo e com propriedades menores, não deixavam de utilizar o trabalho forçado escravo.

Na descrição das classes dominantes da região, na época, o autor também enfatiza os conhecimentos científicos, a apropriação da cultura indígena, a discussão sobre a interiorização e a necessidade de construção de estradas e melhora de infraestrutura para o desenvolvimento regional – em

especial a expansão da produção do algodão. Essa cultura, que se expande no final do século XVIII, tinha como seu maior produtor um intenso explorador do trabalho escravo indígena, destruidor da Mata Atlântica, ainda que formalmente cuidasse da importância do clima.

Dois produtos são centrais no texto “As dinâmicas econômicas ao sul da Bahia na crise do antigo sistema colonial”: a madeira e o zimbo (concha utilizada na troca de escravos no Congo), ambos sem registros nas exportações controladas por Lisboa. A madeira é parte fundamental da então indústria naval para a construção de embarcações, portanto possuía regulamentações em suas relações de trabalho, com um certo grau de proteção da mão de obra indígena escravizada no final do século. Os estaleiros construíam e reparavam embarcações pequenas e as transoceânicas que aqui aportavam. Diz Halýsson:

A Bahia do açúcar, era também o maior produtor de embarcações de longo curso no Atlântico sul do século XVIII, perdendo apenas para Lisboa no Império Marítimo Lusitano, e grande praça de comércio de escravos. (trecho do texto do autor, p. 126)

Entre os principais clientes desses estaleiros estavam os traficantes de escravos da África, integrando o sistema colonial ao escravismo e suas relações intersetoriais e inter-regionais do sul com o Recôncavo, à metrópole portuguesa e às áreas onde os escravizados eram capturados na África. Uma indústria local, mas globalizada, nos padrões da época.

Se a madeira, a construção e o reparo de embarcações e o tráfico negreiro se integravam com os riscos de desmatamento da Mata Atlântica e o complexo de acumulação das relações mercantis coloniais, a extração do zimbo (nas praias do litoral sul a partir de Mar Grande, na Ilha de Itaparica), era uma atividade com impactos quase monetários, semelhantes ao ouro à prata, pois a concha do molusco servia como moeda na Bacia do Rio Congo, de onde provinham vários escravizados no final dos anos setecentos. Por lá, a aceitação do zimbo como moeda facilitava as trocas dos comerciantes portugueses com os africanos. Dessa forma, o zimbo não tinha valor de uso fora da Costa da Mina africana. Seu processo de extração era muito primitivo e era realizado por populações pobres, com baixo valor de trabalho, mas não necessariamente escravos – caracterizando uma

possibilidade de subsistência miserável naquela época. Sua demanda advinha do interesse dos traficantes de africanos, mas começou a chamar a atenção do aparato estatal tributário metropolitano depois das reformas pombalinas em Lisboa.

Gerluce Madureira Silva Uzêda, por seu turno, foca na produção de farinha no baixo sul da Bahia. A mandioca, produzida a partir de um tubérculo de origem na América do Sul, foi fundamental na economia colonial, por suprir grande parte das necessidades nutricionais locais, especialmente dos trabalhadores – seja os de origem indígena, em que a culinária se baseava fortemente nela, seja os de origem africana, que se adaptaram a essa dieta.

Gerluce cita as relações entre a obrigatoriedade da plantação da mandioca e produção de farinha como uma imposição real, que interessava aos exportadores de açúcar, já que com isso poderiam garantir a alimentação para seus trabalhadores. A economia de subsistência é pouco estudada no complexo sucro-fumageiro do escravismo colonial, mas é dominante principalmente na parte mais ao norte das capitânicas de Ilhéus e Porto Seguro, em direção à parte sul da Baía de Todos-os-Santos.

Ela também reafirma a importância do abastecimento para o mercado interno, em competição com seu uso para o tráfico negreiro – inclusive para o período do transporte dos escravizados –, sendo um forte competidor com a demanda para alimentar os que já estavam no Brasil. A intervenção estatal se fazia necessária para reduzir a inflação dos preços dos gêneros alimentícios, com a farinha como um dos seus principais, na Bahia. Diz Gerluce, referindo-se à ameaça de fome do final dos Setecentos: “O Celeiro Público foi uma das soluções encontradas para garantir o abastecimento na cidade de Salvador e uma tentativa de barrar a ação dos atravessadores.” (trecho do texto da autora, p. 145)

Na análise das fontes de abastecimento de farinha, Gerluce menciona os poucos registros de sua produção no interior das unidades produtoras de açúcar – assim como naquela parte da produção em terras que os escravos poderiam plantar mandioca, por concessão dos seus senhores. Restava a necessidade de adquirir a farinha “no mercado”, de produtores especializados. É aí que entra a produção periférica do litoral sul da Bahia. Diz ela:

Os senhores de escravos acreditariam que comprar farinha seria mais vantajoso do que cultivar sua demanda. Além da

farinha, eram adquiridos também a carne seca, bacalhau e carne fresca com a intenção de manter o mínimo de ração diária para a lida nos canaviais. (trecho do texto da autora, p.149)

Mesmo com forte presença de pequenas e médias propriedades, além da menor utilização do trabalho escravizado, a economia de subsistência das capitanias de Ilhéus e Porto Seguro eram componentes integrais do complexo agrário exportador em razão do indispensável fornecimento de gêneros alimentícios – especialmente a farinha, garantindo o funcionamento do regime escravista colonial.

No século XIX a economia desta região sofreu importante mutação, posterior ao fim do tráfico negreiro, ainda que o auge dessa cultura só ocorra no final daquele século. As relações entre o capital financeiro e a cultura do cacau são analisadas no texto “Credores e devedores na formação da economia cacauera: Ilhéus, 1850-1888”. Nesse período, a cultura do cacau estava em sua fase de expansão e as relações com o trabalho escravizado ainda eram dominantes.

Marcelo Loyola de Andrade, analisando inventários, busca entender as relações entre produtores de cacau, produtores de farinha/café/coco, negociantes, donos de engenhos e outros grupos não identificados pelo sistema de crédito da região. Sua escolha das frações de classe do capital regional reflete a dominância do cacau, mas também identifica os interesses relacionados com outras atividades econômicas das classes dominantes locais. Um terço dos inventários registram propriedades de escravizados – presentes em todos os inventários de donos de engenho –, em quase 80% dos negociantes, em um quarto dos produtores de cacau e em quase metade dos inventários de produtores de farinha/café/coco.

A análise dos inventários serve para comprovar o papel do crédito no financiamento da atividade cacauera, com os negociantes sendo os principais credores naquele período. Marcelo lembra que o maior credor não tinha créditos com produtores de cacau, apresentando dívidas de outras frações dos componentes dos inventários utilizados, como os negociantes de escravo e pequenos produtores. Se isso representa um sinal de auto-financiamento da atividade cacauera, esse não é objeto desta discussão.

Os negociantes estão, também, entre os principais devedores do período, incluindo aí o principal credor e sugerindo uma intensa atividade creditícia (tanto ativa como passiva) por parte dos negociantes, que funcionavam como uma espécie de banco comercial regional. Os produtores de cacau aumentaram a presença de dívidas passivas nos seus inventários da segunda metade do século XIX, indicando que a expansão da atividade cacauceira ocorreu com financiamento externo ao setor, principalmente proveniente do capital comercial e representado pelos negociantes.

Há vários indícios de que os principais negociantes tinham vínculos estreitos com a “praça de Salvador”, consolidando um setor de capital comercial que foi muito importante para a economia posterior à redução da atividade de tráfico negroiro.

Saindo do litoral e indo para o sertão, Erivaldo Fagundes Neves busca entender o extermínio das populações indígenas e a expansão da pecuária para o interior da Bahia como parte do complexo agrário exportador lastreado na economia litorânea.

Lembra ele que a conquista do Oeste ocorreu em ações intermitentes, resultando em extermínio indígena, mas não constituíam um território contínuo de ocupação pelos colonizadores. Também lembrando a origem lusitana do termo sertão, Erivaldo define sua imprecisão regional com o conceito de um

[...] campo de atividades do colonizador à procura de minérios e de indígenas para o comércio de escravos, em guerras nas quais degolavam homens e escravizavam mulheres e crianças. (trecho do texto do autor, p. 189)

Do litoral ao norte de Salvador, os domínios de Garcia D’Avila, como um exemplo, seguiam para o interior, expandindo a pecuária e capturando ou dizimando as populações indígenas remanescentes. A pecuária, incompatível na convivência com a cana-de-açúcar, tinha baixa intensidade de trabalho e era extensiva em terras, possibilitando a atividade econômica nas áreas remotas em relação à costa Atlântica – desde que os indígenas fossem controlados ou afastados.

Utilizando os registros das fazendas, o texto “Ocupação colonizadora do alto sertão da Bahia” traça a gênese de vários municípios, como Paratinga, Bom Jesus da Lapa, Caetitê, Malhada, Matina, Urandi, Brumado

e outros no caminho do Oeste. Essa recapitulação é feita a partir da história do desmembramento das propriedades de terras que continham gado bovino, asinino, muar, caprino, além de algumas atividades de algodão, subsistência e outros produtos com papel complementar ao complexo agrário exportador do litoral.

Durante esse processo, no desmembramento das propriedades pela herança, também ocorre uma certa “minifundização” do latifúndio – ainda que, em termos relativos com outras regiões, esses “minifúndios” sejam muito grandes.

Destacando a importância da interiorização a partir das vias de transporte e das atividades de mineração, Erivaldo diz:

As descobertas minerais induziram à formação de redes de caminhos pelos sertões, que reforçaram a pecuária, associada às atividades mineradoras, que promoveram a ocupação dos sertões da Bahia. Através de precárias vias de comunicação interligaram-se todas as regiões numa teia de corredores de circulação. (trecho do texto do autor, p. 208)

Erivaldo Fagundes Neves também é autor de um outro texto sobre os “Apogeu minerais: Chapada Diamantina, séculos XVIII e XIX”. Nesse texto, ele descreve a enorme diversidade de culturas, etnias e tribos indígenas que viviam no interior, dizimadas tanto pela ação catequética dos jesuítas, como pela entrada violenta da pecuária na região. Diz Erivaldo:

Nas montanhas centrais da Bahia, a ação colonizadora desalojou as populações aborígenes e estabeleceu povos de diversas origens, inclusive indígenas e seus miscigenados descendentes mamelucos e cafuzos. Apropriaram-se do território e estabeleceram o aparato jurídico-político com a instituição de instâncias dos poderes político, econômico, militar, eclesiástico e judiciário [...]. Em consequência, a colonização dessa região, resultou nas mais violentas ações bélicas contra as populações nativas. (trecho do texto do autor, p. 279)

A boiada extensiva, tangida pelos vaqueiros e fornecendo a carne (juntamente com a farinha), era fundamental para a estruturação das ligações entre o interior e o litoral integrado com os circuitos coloniais

escravistas. A povoação se dava ao longo das rotas de gado, fixando núcleos populacionais perto dos mananciais de água permanente.

A descoberta de ouro na Chapada Diamantina passou a exigir uma ocupação mais permanente do território, muito além do que seria necessário para a pecuária extensiva. Os aparatos de poder se montaram, criando uma burocracia pública em “[...] uma complexa interação conflituosa de dominação, subordinação e afinidades étnicas, de vizinhanças, consanguinidades e compadrios, nas unidades político-administrativas.” (trecho do texto do autor, p. 283)

Estavam sendo criadas as bases políticas do poder dos coronéis, que combinavam o controle dos rebanhos, das terras e do poder político. Novas relações econômicas se estabeleceram, como menciona o autor:

Desenvolveram-se as relações socioeconômicas, com o trabalho compulsório, abastecido pelo tráfico de africanos para atender a uma demanda comercial externa; as possibilidades de alforria de cativos, para não desestabilizar o sistema escravista; e a coexistência do trabalho escravo com o campesinato, a meação agrícola e a pecuária extensiva como atividade produtiva secundária. (trecho do texto do autor, p. 284)

Combinava-se o trabalho do garimpeiro individual, com o das grandes mineradoras, empregando trabalho escravo e assalariado sob uma tentativa de rígido controle fiscal por parte das autoridades nomeadas por Lisboa. O declínio da produção de ouro, na segunda metade século XVIII, dispersou essa força de trabalho para pequenas propriedades pobres –, a maioria de subsistência, criando uma espécie de campesinato local, ou gerando meeiros e diaristas para os grandes proprietários de terras da região. Nos primeiros anos do século XIX, a descoberta do diamante reacende a vida econômica da Chapada Diamantina. Diferentemente do complexo sucro-fumageiro do litoral, a economia sertaneja tinha seu dinamismo no próprio mercado interno e nas suas relações com outras regiões do estado.

A maior parte da historiografia não aborda a presença do trabalho escravo nas fazendas de gado do interior, o que é o objeto do texto “Introdução ao estudo sobre a escravidão no Médio São Francisco”. Esse artigo contesta a visão de que “[...] ao invés de adotar a mão de obra escrava, os pecuaristas teriam adaptado um regime de parceria com os seus

vaqueiros, como também teria adotado a mão de obra indígena.” (trecho do texto do autor, p. 215)

José Ricardo Moreno Pinho, com base em informações sobre Carinhanha, Bom Jesus da Lapa e Sítio do Mato, argumenta que há evidências da presença de populações afrodescendentes nas regiões à margem do rio São Francisco desde os tempos em que a escravidão era legalmente vigente.

Ricardo Moreno quer contrastar a visão de um ilustrado representante da elite dominante baiana, Luiz Viana Filho, que afirmava, em 1976: “O sertão não foi hostil ao negro. A sua organização econômica, no entanto, repeliu o escravo negro”. (VIANA FILHO, 1976, p. 115).

Em relação, por exemplo, a Carinhanha, os registros do início do século XIX apontam para uma presença branca de apenas 14% da população local. No fim do século, o empobrecimento geral em consonância com a crise do comércio açucareiro, as restrições ao trabalho escravo, a seca no semiárido e a expansão da atividade cafeeira no Sudeste, elevaram as operações de vendas de pessoas escravizadas no oeste da Bahia. A seca teve um impacto severo nas hordas de flagelados, que fugiam dela e se mudavam para as margens do São Francisco – menos atingidas –, oferecendo-se para trabalhar a qualquer preço, reduzindo bastante os custos do trabalho livre para competir com os níveis de reprodução do trabalho forçado. Uma das formas de relações trabalhistas que cresceu foi a “meação” dos pecuaristas com os seus vaqueiros, até hoje presente na região. Nada de trabalho assalariado, nem de economia camponesa com trabalho livre – porque o acesso à terra é controlado, restringindo muito as possibilidades de criação de mercado de consumo.

Os dados apresentados sugerem que predominavam os pequenos agrupamentos de escravos nas atividades da região, com a ampla maioria dos inventários estudados tendo menos de cinco escravos. Dos duzentos e cinco inventários, somente 12 tinham mais de 15 escravos. Aparentemente, na medida em que aumentavam as restrições ao tráfico negreiro, subindo o custo do trabalho forçado, a reprodução natural do plantel parece ter sido adotada pelos senhores de escravos, que permitem a gravidez, a formação de grupos familiares e a mudança da composição de gênero da população escravizada – com o decorrente aumento relativo da presença de mulheres e crianças.

Pulando para o século XX, em plena fase de desenvolvimentismo nacional (de 1960 a 1970), Carlos Alexandre Pereira Teixeira procura entender os desdobramentos do modelo de crescimento nacional para os sertões baianos. Depois de esquematizar a política nacional desenvolvimentista do pós-guerra até os anos 1960, com ênfase na industrialização restringida, Carlos chega às desigualdades regionais ao destacar o papel do Estado na formulação de políticas de intervenção que levassem em conta as especificidades do semiárido, mas buscassem a diversificação da base econômica do Nordeste. Enquanto, nacionalmente, o Estado buscava densificar a matriz industrial de relações intersetoriais, no Nordeste a política era de convivência com a seca concomitantemente às tentativas de atração de capital para acelerar a sua própria industrialização.

As mudanças das décadas de 1950 e 1960 atingiriam em cheio a vida do vaqueiro sertanejo – em especial as ações contra as secas e a abertura de novas estradas, que mudaram profundamente as formas de trabalho e deslocamento dos rebanhos. A presença de caminhões boiadeiros, de novas rotas de estradas e da circulação de automóveis, muda a relação do vaqueiro com a terra e com os animais, impactando as relações de trabalho. Citando um vaqueiro entrevistado, Carlos afirma, reconhecendo os efeitos das mudanças em uma fala nostálgica dos velhos tempos da boiada tocada pelo vaqueiro:

[...] de lá pra cá mudou o caminhão, acabou o tocar das boiadas, agora o vaqueiro é o caminhão. Ficou pior, porque desempregou muita gente, e o vaqueiro sente saudade do cheiro da boiada, entendeu? Do cheiro da poeira. (trecho da entrevista extraída do texto do autor, p. 261).

E, citando um outro vaqueiro entrevistado, ele lembra: “*Antigamente o boi puxava o carro, e hoje o carro tá puxando o boi*”. “*A chegada do carro ‘de gasolina’ ocasionou a ruptura do ‘carro de pau’*” (trecho da entrevista extraída do texto do autor, p. 263) com o avanço das forças produtivas mudando as relações de produção. Outra mudança na forma de trabalho do vaqueiro ocorreu com o cercamento das fazendas, resultado do desmatamento pela expansão da lavoura, que reduziu o caráter extensivo da criação dos rebanhos, diminuindo a necessidade de o vaqueiro encontrar os animais que se embrenhavam no meio da caatinga, cada vez mais escassa e cercada.

A tendência da “minifundização” do latifúndio também aumentava a necessidade de cercas de arame farpado, reforçando a redução de número e importância do vaqueiro, que vai se deslocando para outras atividades – inclusive as de construção de “obras contra as secas” e infraestruturas rodoviária e socioeconômica bancadas pelo Estado. O processo de mudanças também foi influenciado pela disponibilidade de crédito para os grandes pecuaristas a partir dos bancos estatais.

As mudanças da modernidade sobre modos de produção tradicionais também chamaram a atenção de Adalberto de Figueiredo Ribeiro, que analisa o ciclo da produção de ouro na Chapada Diamantina do século XVII ao XIX.

Enfatizando o papel dos “caminhos reais do ouro”, que permitiam a circulação de viveres, produtos e pessoas entre Minas Gerais e o interior da Bahia, a partir do sudoeste até o Recôncavo, Adalberto chama a atenção para o povoamento nessas circunstâncias, que se dá de forma distinta das ocupações litorâneas. O ouro é localizado em territórios específicos e somente ali sua exploração pode ocorrer, deixando cicatrizes dramáticas na terra para além dos tempos de sua exploração. O mesmo aconteceu na Chapada Diamantina.

Marjorie Cseko Nolasco e Antônio José Dourado Rocha continuam focados na extração mineral da Chapada Diamantina. Lembram os autores que o ciclo do diamante, que ocorre no século XIX, substituiu a decadência do ouro nos anos 1700. Em seu auge, na segunda metade dos anos 1800 e contemporâneo à decadência da economia sucro-fumageira do Recôncavo, os autores identificam a presença de capitais oriundos do centro litorâneo para a região da Chapada Diamantina, em migração que também envolve uma grande leva de escravos para trabalhar, sem registros, nos garimpos.

A estratificação social da sociedade de Lençóis, a “capital chapadeira” realizada no texto “O garimpo na chapada diamantina – 1800-2020”, descreve a elite local, as relações trabalhistas e faz uma descrição detalhada dos processos de trabalho, das ferramentas utilizadas e das formas contratuais de comercialização do diamante e do carbonado.

A “elite local” seria constituída pelos coronéis, fornecedores de capital e financiadores da atividade do garimpo, mas que atuavam na pecuária e no comércio – além de possuir o controle do poder político. Essa elite era também composta de “[...] fazendeiros, juizes, médicos, engenheiros,

comerciantes e outros serviços gerais, que mantinham a área urbanizada funcionando.” Os autores seguem descrevendo:

[...] o capangueiro [que] era o comprador regular de diamante ou carbonado, revendedor para grandes firmas, aquele que conduzia as pedras das Chapada para o local onde estariam os últimos ou, a depender do período, os penúltimos compradores. (trecho extraído do texto dos autores, p. 341).

O garimpeiro trabalhava para os fornecedores, repartindo parte dos lucros, originando-se de outros garimpos ou de pequenas propriedades em decadência em busca do sonho dos ganhos fáceis do ouro e do diamante, e, posteriormente, do carbonado para a indústria. Entre estes, havia o faisgador, que “[...] é um tipo de garimpeiro que estava sem vínculos de fornecimento ou ainda, uma pessoa qualquer, que garimpa, esporadicamente, para tentar a sorte, em áreas já abandonadas.” (trecho extraído do texto dos autores, p. 342).

A sociedade de Lençóis, dessa forma, combinava o clássico poder dominante, de fortes relações internacionais, com relações de trabalho não assalariadas, mas exploradoras do trabalho não pago através da partição dos ganhos, com a atividade empreendedora, que acabava reduzindo os rendimentos dos que trabalhavam sob encomenda dos coronéis “donos das serras”.

Em meados do século XIX, o trabalho escravizado também foi bastante utilizado, principalmente na construção de

[...] aquedutos, barragens, pontes e modificações de canais fluviais, ou seja, eram a mão de obra braçal de construção e garimpagem das famílias da elite regional. Como os escravos eram considerados bens do dono da terra não foram contabilizados para fins populacionais, até 1888. (trecho extraído do texto dos autores, p. 342).

Diferentemente de outras regiões sertanejas, a aglomeração urbana é mais intensa na Chapada Diamantina, constituindo-se de vários núcleos habitacionais com equipamentos urbanos e até indústrias embrionárias e pequenas, ainda que as elites locais utilizassem a maior parte do excedente

capturado em aplicações fora da região – incluindo a formação educacional dos seus filhos no exterior.

Na decadência do diamante, já no século XX, a região caminha para se tornar um centro de atração turística, apesar dos danos ambientais que o garimpo deixou e ainda deixa na região.

Voltando sua atenção para o porto de Salvador e as ferrovias e tra-piches, portanto, com olhos voltados para o mar e suas relações entre o *hinterland* e o mundo, José Ricardo Moreno Pinho parte dos conceitos marxistas de acumulação primitiva do capital e da fase de expansão do capitalismo europeu, que conta com a criação de um mercado de consumo e a constituição de um exército industrial de reserva, mantendo os salários baixos e redefinindo a produção campestre e o fornecimento dos elementos para a reprodução do trabalho, a fim de analisar o papel do porto de Salvador e suas relações com as outras regiões do estado.

Por mais de 300 anos o porto de Salvador foi estratégico para a expansão colonial portuguesa, em suas relações com a dinâmica econômica internacional tanto no complexo agrário exportador, como no tráfico negreiro. Sua condição de porto natural foi fundamental na escolha estratégica da localização da cidade pela Corte de Lisboa, que queria edificar, no local, uma fortaleza para refletir a presença do Estado metropolitano e controlar os fluxos de comércio, mas também para proteger a região de ameaças militares.

Durante muito tempo, o porto de Salvador também atraía embarcações pela existência de um estaleiro de reparos navais – que se utilizava de madeira do sul do estado –, e comportava parte importante dos movimentos de navios entre Portugal e as Índias. Salvador aumentava sua área portuária de acordo com a expansão dos movimentos marítimos de longo curso, fruto do capitalismo central europeu naqueles séculos. Nesse contexto, “A mão de obra utilizada era especializada e remunerada, envolvendo funções como calafate; carpinteiro; tanoeiro; ferreiro e carapina” (trecho extraído do texto dos autores, p. 369), constituindo, assim, embriões de uma futura classe operária especializada, pequena e protegida.

A transferência da capital da colônia para o Rio de Janeiro, já na segunda metade do século XVIII, com o intuito de aproximar o aparato estatal da Corte portuguesa das áreas produtoras de ouro de Minas Gerais, foi um baque para o porto de Salvador (mesmo que não de imediato) devido

ao ressurgimento do comércio do açúcar entre os anos 1700 e o início dos anos 1800, o que aumentou o fluxo de embarcações envolvidas na exportação desse produto, originária principalmente do norte do Recôncavo, que também passou a receber mais trabalho escravizado da África.

No texto “Dos trapiches ao projeto de articulação entre rede ferroviária e o porto organizado”, vê-se que, em meados do século XIX, o açúcar era o principal produto exportado, seguido (em proporções semelhantes) das exportações de fumo e de diamantes. Na segunda metade dos anos 1800, as duas culturas entraram em crise simultaneamente ao crescimento demográfico da cidade de Salvador e do Recôncavo, o que elevou o comércio de cabotagem – principalmente de gêneros alimentícios –, revertendo o papel do porto internacional para um porto de funções regionais.

Como diz Ricardo Moreno:

Além disso, o porto – que já era conhecido por exercer os papéis de exportador, importador e reexportador de mercadorias –, com o aumento da demanda por alimentos, consolidava-se com uma dupla função: comandar as relações entre o mundo rural, produtor de matérias primas, e um mundo industrial, fornecedor de produtos manufaturados. (trecho extraído do texto do autor, p. 373).

As empresas que operavam o comércio eram principalmente de origem britânica, e com os comerciantes locais, em sua maioria de origem portuguesa, se especializando nas trocas intermediárias e nos serviços de armazenagem e logística, criando os vínculos entre o capital comercial soteropolitano e as atividades agropecuárias de outras regiões do estado, incluindo as áreas sertanejas

“[...] controlando o comércio regional e interprovincial, em torno do qual se desenvolvia a navegação de cabotagem e o tráfico de escravos”. “[...] A ascensão dos ingleses na praça baiana se deu após a independência [...]” (trecho extraído do texto do autor, p. 375).

Tais fatos estão associados à abertura dos portos, a partir da chegada da Família Real a Salvador em 1808.

Chegando ao final do século XIX, os capitais ingleses começaram a se opor ao tráfico negreiro, investindo em ferrovias e depois na própria modernização das atividades portuárias, atingindo, a partir disso, uma nova fase do relacionamento com vistas a ter o centro do desenvolvimento capitalista como uma região importante do complexo do escravismo colonial, que tinha um porto natural estrategicamente bem situado.

Como diz o autor,

[...] a ligação férrea entre o porto soteropolitano e o rio São Francisco representou importante conquista para o comércio e as finanças da província da Bahia. Era a oportunidade de ampliação da hinterlândia do porto para além das imediações de Juazeiro, interligando por meio da navegação a vapor, a Bahia e estados vizinhos. (trecho extraído do texto do autor, p. 377).

As ligações ferroviárias com a região de Juazeiro, assim como com a Chapada Diamantina e o sudoeste do estado, aumentavam a importância do porto de Salvador como ponto de escoamento da produção interiorana, servindo também para o suprimento de produtos importados. As relações entre o mercado interno e os mercados internacionais se estreitavam.

A economia e política na Bahia, tanto nos anos 1960, como no período militar, não podem ser entendidas sem a análise do “carlismo”, objeto do texto escrito por Jorge Wilton Pereira de Jesus. Antônio Carlos Magalhães (ACM) consolida seu poder político nas sombras de Juracy Magalhães, Antônio Balbino, Juscelino Kubitschek (JK) e governos militares, exercendo um poder centralizado e pessoal e combatendo firmemente os adversários, eliminando possibilidades de disputa política.

Relações pessoais, familiares e institucionais, típicas dos regimes oligárquicos, foram amplamente utilizadas para consolidar o poderio do carlismo. Apesar de sustentado pelo apoio dos militares, para ACM,

[...] o fortalecimento do seu papel político, inicialmente como líder udenista/arenista e, posteriormente, como prefeito e governador, se dá à medida em que o próprio golpe militar se consolida. (trecho extraído do texto do autor, p. 403).

Ferreira, autor do texto “O Carlismo: uma autocracia periférica, conservadora e modernizante”, caracteriza o bloco no poder na Bahia, no momento do golpe militar de 1964, como constituído por

[...] uma tendência liberal, apoiada socialmente no pequeno e médio empresariado baiano e nos extratos intermediários da população, sobretudo as camadas médias urbanas, personificada nas figuras do próprio Lomanto Júnior e dos seguidores do falecido ex-governador e líder político Otávio Mangabeira; a facção conservadora, encabeçada por Luiz Vianna Filho e seu clã político, encarnação das oligarquias baianas tradicionais e o grupo mais “duro”, militantemente anti-Goulart e reformas de base, nucleado por outro clã político, o dos Magalhães (Juracy e Jutahy), expressão política dos interesses da grande burguesia mercantil e financeira e ponta de lança no estado do movimento de desestabilização do governo federal. Entre estes dois últimos grupos gravitava a figura emergente de Antônio Carlos Magalhães, presidente do diretório estadual da UDN naquele momento. Todos eles partilhavam os valores comuns de anticomunismo e do anti-getulismo, patrimônios maiores da cultura política udenista. (trecho extraído do texto do autor, p. 404).

É no pós-1964 que o estado da Bahia se moderniza administrativamente, consolidando o polo petroquímico e avançando o processo de industrialização na região – tudo isso com a combinação de um aspecto modernizante da estrutura produtiva, com o autoritarismo na vida política. As características da industrialização baiana, no entanto, são predominantemente dependentes da dinâmica da indústria nacional, espasmódica e estimulada fundamentalmente pela ação do governo. Longe de constituir uma burguesia industrial na Bahia, a industrialização reforça a tecnoburocracia estatal e os gerentes dos empreendimentos, mas não os seus proprietários – transformando os capitais oriundos da atividade bancária e comercial do Estado em complementos do complexo industrial, filho dos incentivos fiscais. Para os trabalhadores, também, as mudanças consolidam uma diferenciação dentro da classe, com salários elevados e melhores relações de trabalho – inclusive com ação sindical forte, ao lado de uma grande precariedade das relações de trabalho, de baixa produtividade, desorganizadas e intermitentes no conjunto das atividades não industriais dominantes.

Nos textos é possível acompanhar detalhes de fatos históricos e interpretações de diferentes momentos com pontos de vista distintos dos escolhidos neste prefácio. A coletânea é uma grande contribuição para a literatura, para o entendimento das forças que modificam a economia e as sociedades baianas, possibilitando a composição de uma visão integrada, sem descuidar-se das especificidades setoriais, territoriais e históricas das desigualdades que caracterizam a unidade da diversidade do estado da Bahia. Parabéns!

Jose Sergio Gabrielli de Azevedo

Professor titular aposentado da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e pesquisador do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis Zé Eduardo Dutra (INEEP).



APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO “CAPÍTULOS DE HISTÓRIA DA BAHIA”

Esta coletânea, *Capítulos de história da Bahia: formação econômica*, é o terceiro volume da coleção idealizada, criada e produzida pelo Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local (PPGHIS) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – Departamento de Ciências Humanas – Campus V, cujo objetivo é reunir e divulgar em uma série de coletâneas resultados de pesquisas historiográficas sobre a Bahia. A intenção é promover e garantir visibilidade às pesquisas realizadas por docentes e pesquisadores dedicados a desbravar fontes desconhecidas, temáticas e perspectivas de análise de forma inovadora, compondo um conjunto policêntrico de objetos de investigação nos distintos campos e canteiros da historiografia contemporânea. Também é uma oportunidade de viabilizar uma publicação que reúna, em um único livro, estudos históricos sobre a Bahia, tendo em vista a dispersão de importantes e inéditos trabalhos resultantes de dissertações e teses, bem como de artigos e livros, o que dificulta, de certa forma, o acesso de públicos diversificados e interessados pelos estudos baianos, para além dos especialistas da nossa área de História.

O primeiro volume, *Capítulos de História da Bahia: novos enfoques, novas abordagens*, publicado em 2009,¹ foi resultado de um esforço conjunto de docentes do quadro do PPGHIS e reuniu artigos de docentes-pesquisadores de diversas universidades baianas, a fim de realizar uma cartografia de temas estudados sob novos enfoques e novas abordagens. Foi composto por 16 textos relacionados a temáticas variadas, que abarcaram temporalidades do período colonial ao republicano, bem como espaços regionais do litoral, do recôncavo e do sertão baianos.

Diante da repercussão positiva do primeiro volume, demos continuidade ao projeto da coleção. A produção historiográfica baiana e sobre a Bahia tem se tornado cada vez mais qualificada, especialmente a partir dos cursos de pós-graduação em universidades baianas, o que vem

¹ Publicado em 2009 pela Editora Annablume e organizado por Maria das Graças de Andrade Leal, Raimundo Nonato Pereira Moreira e Wellington Castellucci Júnior, todos docentes do PPGHIS-UNEB.

demonstrando a expansão do conhecimento histórico local e regional sobre temas, metodologias e temporalidades distintas, cujos trabalhos se tornam necessários para o público acadêmico e demais interessados. Dessa forma, investimos na produção do segundo volume, com o tema da *Independência*, publicado em 2017,² na perspectiva de celebrar os 190 anos de lutas pela independência do Brasil na Bahia, expressão cunhada pelo homenageado do livro, o professor e historiador baiano Luís Henrique Dias Tavares³, que partiu deixando saudades! Uma homenagem merecida por ocasião dos seus 90 anos de vida dedicados ao ensino e à pesquisa, em reconhecimento de sua trajetória intelectual, política e profissional que influenciou gerações de estudantes, colegas e amigos que tiveram a oportunidade de usufruir das suas experiências, conhecimentos e ensinamentos.

A partir de avanços interpretativos, com novas abordagens e perguntas sobre os processos de independência do Brasil e de independência do Brasil na Bahia, foram reunidos 11 textos resultantes de pesquisas e estudos de professores-historiadores de diferentes universidades baianas, de outros estados e países, como da Universidade Estadual de Maringá (Uema), no Paraná, e da Universidade de Calgary, no Canadá. Revisitando e descortinando novas fontes documentais, foram revelados e discutidos, em artigos inéditos, aspectos relativos aos territórios da nova história social, cultural, econômica, política, das religiões, da escravidão e das ideias, que impactaram as manifestações libertárias em terras brasílicas. Foram resultados de pesquisas que se somaram à historiografia até então produzida sobre um tema muito caro e revelador para os baianos, tornando-se, também, referência aos estudos sobre a temática nas universidades, no ensino básico, alcançando outros públicos interessados.

Neste terceiro volume, organizado pelos professores e pesquisadores José Ricardo Moreno Pinho e Antonietta d'Aguiar Nunes, há um conjunto de 14 artigos dedicados a analisar a *formação econômica*, tema central que conduz importantes reflexões relativas às dinâmicas estruturantes da História Econômica da Bahia, considerando aspectos locais e regionais da organização produtiva e comercial nos diferentes contextos

² Organizado por Maria das Graças de Andrade Leal e Avanete Pereira, foi publicado pela Editora da Universidade do Estado da Bahia (EDUNEB) e pela Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), em 2017.

³ O Professor Luís Henrique Dias Tavares nasceu na cidade de Nazaré das Farinhas, Recôncavo Baiano, a 25 de janeiro de 1926, e faleceu em Salvador aos 94 anos, no dia 22 de junho de 2020.

e temporalidades. É importante destacar a relevância do tema, tendo em vista a carência de obras historiográficas que contenham uma síntese dessa natureza, o que faz desta uma obra inédita e necessária.

Desejamos que o empenho na elaboração e produção dessa coletânea se constitua em mais um passo em direção à democratização do conhecimento, à divulgação de pesquisas relevantes sobre uma das linhas de investigação da história econômica e ao estímulo de novas parcerias para o desenvolvimento de trabalhos coletivos e engajados na qualidade e no compromisso com uma educação inclusiva, participativa e democrática. Tenham uma excelente leitura!

Maria das Graças de Andrade Leal

Coordenadora do Programa de
Pós-Graduação em História Regional e Local (PPGHIS).



APRESENTAÇÃO DO VOLUME CAPÍTULOS DE HISTÓRIA DA BAHIA: FORMAÇÃO ECONÔMICA

No Brasil, o campo da História Econômica foi marcado por alguns historiadores: A obra de Azevedo, *Épocas de Portugal Econômico* (1928), com base na teoria dos ciclos econômicos, exerceu influência em estudos posteriores e refletiu-se em dezenas de autores, vindo a inspirar o plano da primeira *História Econômica do Brasil* (1937), de Simonsen. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia* (1942), de Prado Jr., significou um marco na interpretação do processo histórico da Colônia, foi a primeira tentativa de estabelecer uma síntese da história do Brasil a partir da base econômica. O livro de Furtado, *A Formação Econômica do Brasil* (1959), se ateve mais detalhadamente ao problema do desenvolvimento econômico. Tema que retornou com a obra *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, de Cardoso e Faletto (1969).

A partir dos anos 1970 tivemos a constituição dos cursos de pós-graduação, foi então que outros estudos trataram da questão do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. O volume de pesquisas ampliou-se e houve significativos avanços em termos de métodos, técnicas de pesquisa e exploração de fontes primárias originais. Já a partir da segunda metade da década seguinte, a ascensão da chamada “nova história” deu menos visibilidade aos estudos da História Econômica. Mesmo existindo quem preconizasse o fim deste campo, observou-se aumento quantitativo de trabalhos acadêmicos relacionados, com destaque para a atenção dispensada ao entendimento da formação do mercado interno e da acumulação endógena, desenvolvidos pela recuperação de trabalhos pioneiros de Oliveira e Linhares.

Na Bahia, apesar de vários historiadores se valerem dos métodos e temas da História Econômica, nunca tivemos um esboço do processo de construção da unidade política e territorial que se consolidou em meio à diversidade de realidades culturais existentes. Não há qualquer obra que tenha por título a formação econômica da Bahia. A oportunidade de fazê-lo veio por meio do projeto *Mais Marxismo, Mais Bahia* da Fundação

Maurício Grabois, que objetiva aprofundar o conhecimento do estado em seus aspectos históricos, econômicos e sociais, à luz da abordagem marxista e em diálogo com outras abordagens científicas de viés crítico.

A primeira etapa do projeto *Mais Marxismo, Mais Bahia* tratou exatamente da formação econômica e social, e seu desenvolvimento se deu por meio do Ciclo de Debates “Formação Econômica da Bahia”, que foi composto por seis mesas com a participação de historiadores, geólogos, cientistas sociais, economistas, dentre outros, que se encontraram entre outubro de 2019 e fevereiro de 2020. Uma série de reuniões de três diferentes gerações de pesquisadores, quase todos atuantes nas principais universidades do estado, e que, ao final, estimulou a proposição deste livro.

O resultado das reflexões trazidas pelo Ciclo de Debates fez sugerir que, dos variados processos de desenvolvimento econômico, ocupação do território e formações culturais e sociais na Bahia, quatro movimentos se destacaram: a exploração original em Salvador e no Recôncavo Baiano, com ascensão das produções de açúcar, fumo e mandioca, além do intenso comércio de escravizados; outro movimento no litoral, na região sul do estado, iniciado pela exploração de madeira, seguido de mandioca para produção de farinha destinada ao mercado interno, e posteriormente o cacau; a ocupação do Sertão, que teve, que teve como principal atividade a pecuária; e, na região central do território, o extrativismo mineral se destacou em meio a outras atividades. Procuramos então seguir esta lógica e acrescentamos estudos sobre elementos que difundiram a penetração do capitalismo moderno, de tal forma que, dos catorze artigos deste livro, 11 abordam exatamente as principais forças econômicas e de ocupação do território distribuídas em quatro regiões: Recôncavo, sul baiano, Alto Sertão e Chapada Diamantina; e outros três tratam de processos de investimentos do capitalismo propriamente dito. Neles estão analisadas temáticas que demarcam a economia escravista nos processos de colonização e constituição do estado imperial, e seus desdobramentos na implantação e consolidação da República; discutem o papel do mercado interno e externo no complexo agrário-exportador e na organização da produção que subsidiou e impulsionou a economia baiana e brasileira, como a do açúcar, do fumo, da farinha de mandioca, dos gêneros alimentícios, do algodão, do cacau, da pecuária, do ouro, do diamante e da indústria; e abordam os processos de ocupação territorial, compreendidos como espaços socialmente

construídos e delimitados por uma fronteira, como reflexo de realidades complexas e dinâmicas em permanente mutação que incluem dinâmicas físicas, naturais, sociais, econômicas, políticas e culturais.

Assim, o livro *Capítulos de História da Bahia: formação econômica* está dividido em cinco partes: 1 – Economia colonial e escravista no Recôncavo Baiano; 2 – Construção da diversidade econômica no sul baiano; 3 – Formação econômica do Alto Sertão da Bahia; 4 – Chapada Diamantina na rota da economia mineradora; 5 – Investimentos capitalistas na Bahia; além do prefácio assinado pelo professor e economista Jose Sergio Gabrielli de Azevedo.

A diversidade de territórios referenciada nos catorze artigos desta coletânea expõe vitalidade e presença na composição do mosaico histórico-econômico espalhado na vastidão de terras baianas, enquanto campos de forças políticas conflituosas, com estrutura de poder e dominação e, simultaneamente, lugar de produção de bens e de acumulação de capital. Também, espaços culturalmente produzidos, onde foram e são elaboradas identidades rurais e urbanas diversas e múltiplas. Neste panorama, estão incluídos os sujeitos que atuaram nas labutas do trabalho na agricultura, no garimpo, nos pastos, nos portos, nas ferrovias, na extração do zimbo e da madeira, na mineração, na construção naval e nas fábricas. De sujeitos escravizados a livres, nas diferentes forças produtivas instituídas ao longo dos processos de colonização, constituição do estado imperial e republicano, o sentido do trabalho na formação econômica da Bahia está presente em experiências sociais, culturais e políticas vivenciadas ao longo das temporalidades aqui discutidas, que alcançam a contemporaneidade. Essas presenças se fazem na relação com forças políticas antagônicas, nas suas contradições, nos embates e nas disputas no interior dos grupos de poder, sejam proprietários de terras, religiosos ou governantes, revelados na grande arena encenada por diferentes personagens que integraram – e integram – os grupos dominantes na cena econômica, política, social e cultural nos processos de acumulação do capital na história da Bahia.

Nesse sentido, esta coletânea discute os diferentes contextos e espaços que movimentaram os processos históricos na dinâmica das lutas e disputas ideológicas, ambientais, territoriais e político-partidárias por mercados, no grande jogo que envolveu muitas vezes interesses opostos, mas complementares, no desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Ou seja,

a formação das elites econômicas e políticas locais e regionais está analisada a partir da constituição dos seus domínios ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX. Neste livro está reunido um conjunto de textos que revela a dinâmica histórica da formação econômica da Bahia nos diferentes territórios baianos, em seus diferentes ângulos de análises e percepções, constituindo-se em espaço aberto a ser desbravado e certamente a ser preenchido com tantos outros estudos inéditos que integram a historiografia baiana contemporânea. Trata-se de uma produção resultante de uma importante parceria com a Fundação Maurício Grabois, a partir do projeto *Mais Marxismo, Mais Bahia*, com o Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), que o acolheu para lançá-lo na coletânea *Capítulos de História da Bahia*.

Agradecemos à Editora da Universidade do Estado da Bahia (EDUNEB) pela edição e publicação e à Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA) pela impressão deste livro, assim como aos autores dos artigos que generosamente colaboraram com esse projeto. Desejamos que o empenho na elaboração e produção desta coletânea se constitua em mais um passo em direção à democratização do conhecimento, à divulgação de pesquisas relevantes sobre uma das linhas de investigação sobre a História Econômica e ao estímulo de novas parcerias para o desenvolvimento de trabalhos coletivos e implicados com a qualidade e o compromisso com uma educação inclusiva, participativa e democrática. Tenham uma excelente leitura!

José Ricardo Moreno Pinho
Antonietta d'Aguiar Nunes

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, João Lúcio de. *Épocas de Portugal económico*. Lisboa: A. M. Teixeira & C. A., 1928.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Record, 1969.

FURTADO, Celso. *A formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Martins, 1942.

SIMONSEN, Roberto. *História econômica do Brasil: 1500-1820*. São Paulo: Nacional, 1937.